

SER MULHER INDÍGENA É...

NARRATIVAS DE MULHERES
INDÍGENAS BRASILEIRAS



SER MULHER INDÍGENA

É... **NARRATIVAS DE MULHERES
INDÍGENAS BRASILEIRAS**

Jônia Rodrigues de Lima
(Organizadora)



FLD
projetos de vida
actaiiança



Porto Alegre – RS
Fundação Luterana de Diaconia
2018

Realização: Fundação Luterana de Diaconia/Conselho de Missão entre Povos Indígenas

Texto e organização: Jônia Rodrigues de Lima

Revisão: Kassiane Schwingel, Nienke Pruiksmá e Francine Facchin Esteves

Fotografias: Acervo do COMIN

Colaboração: Equipe do COMIN (Ana Patricia Ferreira, Janaina Hubner, Jandira Keppi, Kassiane Schwingel, Nienke Pruiksmá, Noeli Falcade, Sandro Luckmann)

Ilustração capa: Eduardo Monteiro

Projeto gráfico: Marcelo Armesto dos Santos

Tiragem: 2000

Conselho de Missão entre Povos Indígenas

Endereço: Amadeo Rossi, 467 - São Leopoldo/RS

CEP: 93030-220

Fone: (51) 3590-1440

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L732s Lima, Jônia Rodrigues de.
Ser mulher indígena é - : narrativas de mulheres indígenas brasileiras / Jônia Rodrigues de Lima (texto e organização). - Porto Alegre : Fundação Luterana de Diaconia : Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018.
64 p. : il. ; 20 x 18 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-93033-04-9

1. Mulheres indígenas - Brasil - História. I. Título.

CDU 396(=1.81-82)
CDD 305.897081

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 8/10213)

ÍNDICE

Apresentação	5
Alessandra Manchineri - Povo Manchineri	10
Jussara Gari Isaias - Povo Kaingang	13
Luzia Florêncio Rodrigues Iurumirí- Povo Tupinikim	16
Jéssica Priprá - Povo Xokleng/Laklânõ	19
Susana Garen Sales - Povo Kaingang	21
Pâmela Apurinã - Povo Apurinã	23
Maria Lucia Tacua Peres - Povo Avá-Guarani	26
Martina Lopes Amantino - Povo Kaingang	29
Soleane de Souza Brasil Manchineri - Povo Manchineri	33
Joana Isabel de Almeida Peres - Povo Avá Guarani	35
Cleci Claudino - Povo Kaingang	38
Luana Nacoça Cinta Larga Vicente - Povo Cinta Larga	41
Dona Maria e Dionísia - Povo Guarani Mbya	43
Sueli Venhkre Tomás - Povo Kaingang	47
Severiá Idioriê - Povo Karajá e Javaé	50
Claciane Rienenh - Povo Kaingan	54
Walderes Coctá Priprá de Almeida - Povo Laklânõ/Xokleng	57
Maria Leonice Tupari - Povo Tupari	59
Teresa Fernandes - Povo Mbyá Guarani	62



APRE SEN TAÇÃO



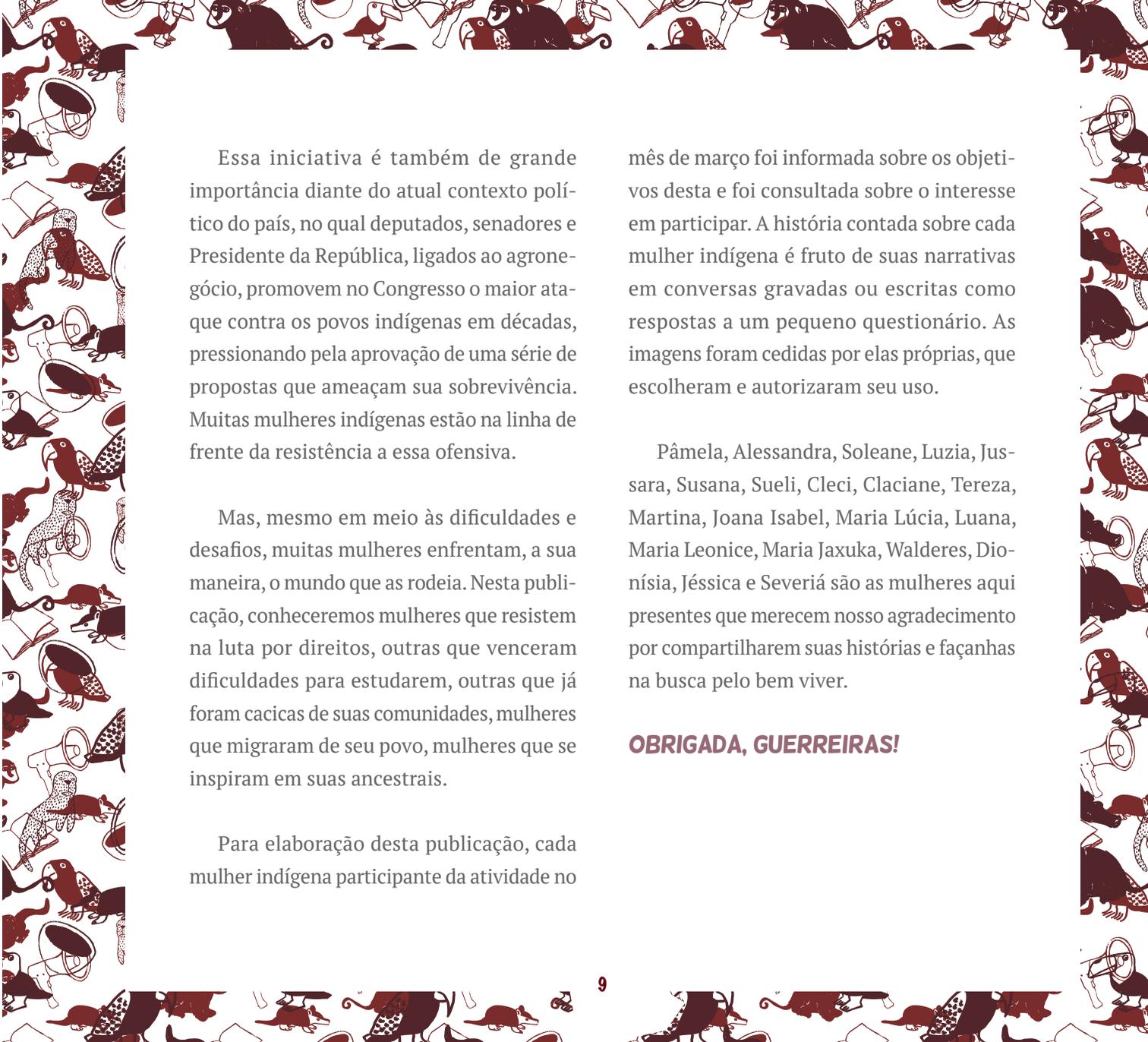


Com o objetivo de lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres, independente de divisões nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, econômicas ou políticas, no dia 08 de março celebra-se o dia internacional da mulher. Este ano, 2018, o Comin dedicou todo o mês de março às mulheres indígenas. Cada dia do mês a foto de uma mulher indígena foi postada nas redes sociais, juntamente a uma frase que refletia o seu pensar sobre “o que é ser mulher indígena”.

O resultado foi tão rico que se definiu por contar um pouco mais sobre essas mulheres fantásticas que vivem sua cultura junto à sociedade envolvente que, na maioria das vezes, não as respeita. Assim, concretizou-se esta publicação intitulada “Ser mulher indígena é... Narrativas de mulheres indígenas brasileiras” com o objetivo de mostrar a diversidade de compreensões sobre o que é ser mulher entre os povos indígenas.

As mulheres indígenas sofrem as mesmas violências que as mulheres não indígenas. No entanto, as mulheres indígenas enfrentam ainda mais dificuldades. Primeiro elas sofrem por ver seu povo em situação de vulnerabilidade, marginalizado, discriminado. Posteriormente, sofrem por ser mulher e essa violência não é só física, ela é psicológica e também social. Não se reconhecem nas leis e políticas voltadas às mulheres porque estas são definidas a partir da concepção de uma mulher universal.

Muitas indígenas não se aventuram fora de suas comunidades por medo de encarar o sistema dos não indígenas já que não se sentem empoderadas sobre a luta por direitos e por igualdade devido às barreiras linguísticas, pois são pouquíssimos os materiais sobre leis e direitos publicados nas línguas indígenas. Assim, elas preferem o conforto da comunidade onde estão protegidas pelos valores da sua cultura.



Essa iniciativa é também de grande importância diante do atual contexto político do país, no qual deputados, senadores e Presidente da República, ligados ao agronegócio, promovem no Congresso o maior ataque contra os povos indígenas em décadas, pressionando pela aprovação de uma série de propostas que ameaçam sua sobrevivência. Muitas mulheres indígenas estão na linha de frente da resistência a essa ofensiva.

Mas, mesmo em meio às dificuldades e desafios, muitas mulheres enfrentam, a sua maneira, o mundo que as rodeia. Nesta publicação, conheceremos mulheres que resistem na luta por direitos, outras que venceram dificuldades para estudarem, outras que já foram cacicas de suas comunidades, mulheres que migraram de seu povo, mulheres que se inspiram em suas ancestrais.

Para elaboração desta publicação, cada mulher indígena participante da atividade no

mês de março foi informada sobre os objetivos desta e foi consultada sobre o interesse em participar. A história contada sobre cada mulher indígena é fruto de suas narrativas em conversas gravadas ou escritas como respostas a um pequeno questionário. As imagens foram cedidas por elas próprias, que escolheram e autorizaram seu uso.

Pâmela, Alessandra, Soleane, Luzia, Jusara, Susana, Sueli, Cleci, Claciane, Tereza, Martina, Joana Isabel, Maria Lúcia, Luana, Maria Leonice, Maria Jaxuka, Walderes, Dionísia, Jéssica e Severiá são as mulheres aqui presentes que merecem nosso agradecimento por compartilharem suas histórias e façanhas na busca pelo bem viver.

OBRIGADA, GUERREIRAS!



**SER
MULHER
INDÍGENA
É...**



ALESSANDRA MANCHINERI

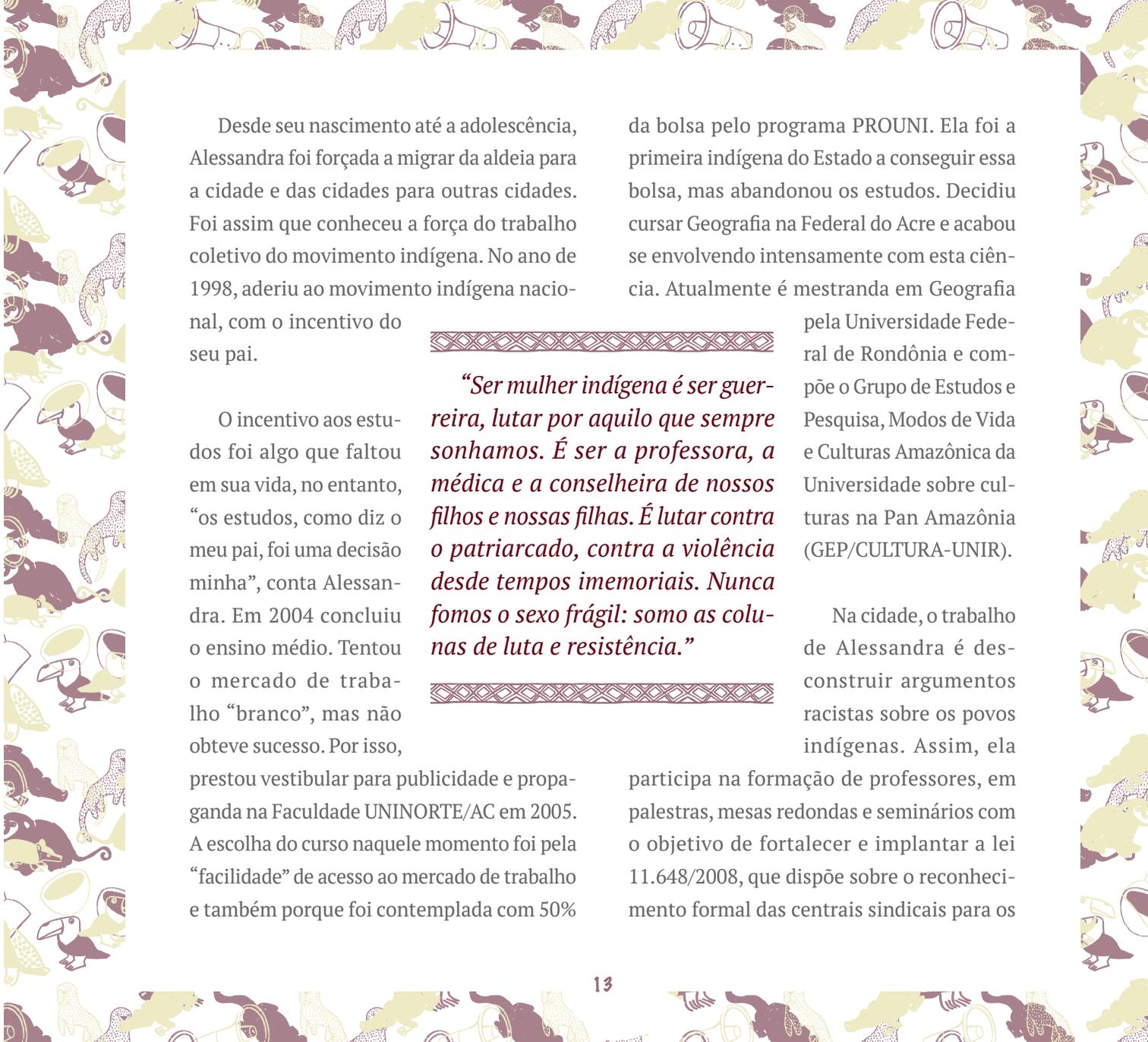
POVO MANCHINERI - TERRA INDÍGENA MAMOADE, AC

Alessandra Manchineri tem 35 anos, nasceu em um breve momento de passagem de seus pais pela cidade de Rio Branco, AC. Nas suas palavras: “Digamos que fui nascer na cidade, foi parto cesariana”. Em 1984 sua família foi viver na cidade. “Morar no meio urbano foi difícil para meus pais, pelo modo de vida diferente e falta de recursos financeiros. A saída foi se fortalecer dentro do movimento indígena nas/das cidades adentrando assim a um território desconhecido”, conta Alessandra.

Após a perda de sua mãe, a família viveu uma “desterritorialização”, conforme enfatiza. Desta vez foram “morar” em Brasília, DF, pois seu pai foi trabalhar no movimento indígena, no extinto *Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil* (CAPOIB). Foi muito difícil para Alessandra a mudança, como relata: “Produzimos



condições de sobrevivência graças à luta de meu pai e apoio de ONGs que nos auxiliaram naquele imbricado urbano”.



Desde seu nascimento até a adolescência, Alessandra foi forçada a migrar da aldeia para a cidade e das cidades para outras cidades. Foi assim que conheceu a força do trabalho coletivo do movimento indígena. No ano de 1998, aderiu ao movimento indígena nacional, com o incentivo do seu pai.

O incentivo aos estudos foi algo que faltou em sua vida, no entanto, “os estudos, como diz o meu pai, foi uma decisão minha”, conta Alessandra. Em 2004 concluiu o ensino médio. Tentou o mercado de trabalho “branco”, mas não obteve sucesso. Por isso, prestou vestibular para publicidade e propaganda na Faculdade UNINORTE/AC em 2005. A escolha do curso naquele momento foi pela “facilidade” de acesso ao mercado de trabalho e também porque foi contemplada com 50%

da bolsa pelo programa PROUNI. Ela foi a primeira indígena do Estado a conseguir essa bolsa, mas abandonou os estudos. Decidiu cursar Geografia na Federal do Acre e acabou se envolvendo intensamente com esta ciência. Atualmente é mestranda em Geografia

pela Universidade Federal de Rondônia e compõe o Grupo de Estudos e Pesquisa, Modos de Vida e Culturas Amazônica da Universidade sobre culturas na Pan Amazônia (GEP/CULTURA-UNIR).

Na cidade, o trabalho de Alessandra é desconstruir argumentos racistas sobre os povos indígenas. Assim, ela

participa na formação de professores, em palestras, mesas redondas e seminários com o objetivo de fortalecer e implantar a lei 11.648/2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os



“Ser mulher indígena é ser guerreira, lutar por aquilo que sempre sonhamos. É ser a professora, a médica e a conselheira de nossos filhos e nossas filhas. É lutar contra o patriarcado, contra a violência desde tempos imemoriais. Nunca fomos o sexo frágil: somos as colunas de luta e resistência.”





fins que especifica e altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Alessandra entende que foi neste processo de luta que descobriu que a sua realidade é ser “trans”: transcultural, transitória, circular e múltipla. “Estou sempre além do meu território de origem, e neste processo eu estou sempre envolvida a um movimento de desterritorialização e vivendo em dimensões amplas e complexas”, explica.

Em 2015 foi mãe pela primeira vez, teve uma menina e entende a maternidade como algo que muda a vida: “Ser mãe é tão gostoso, ajuda as pessoas como eu amadurecer e crescer”.

SONHO PARA O FUTURO

Para o futuro, Alessandra sonha com mais empatia com a causa e direitos indígenas, menos racismo, mais respeito, mais terras indígenas demarcadas e mais cidadania para os povos indígenas.

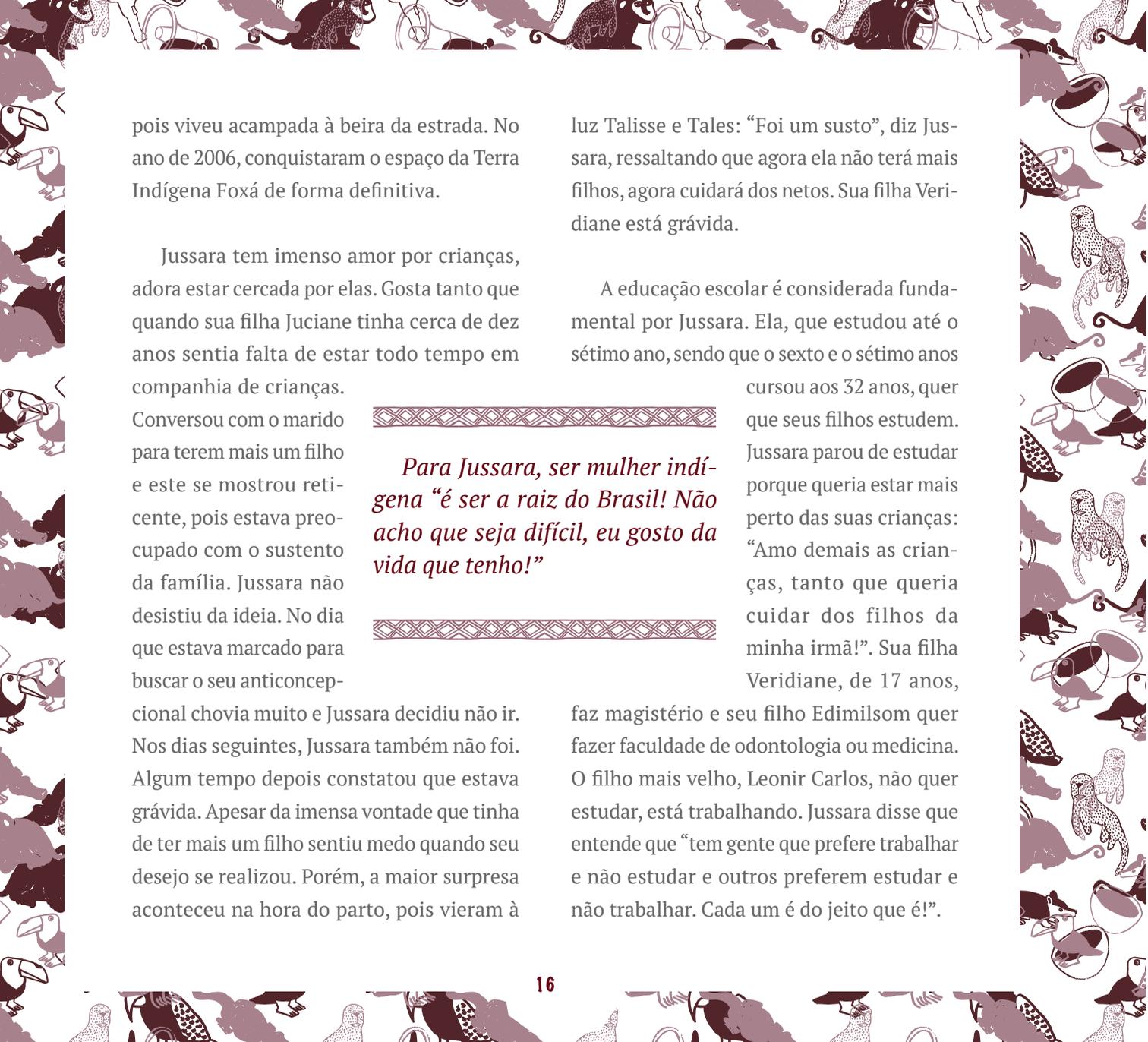
JUSSARA GARI ISAIAS

POVO KAINGANG - TERRA INDÍGENA FOXÁ, LAJEADO, RS

Jussara - Terra Viva, conforme seu nome em Kaingang “Gari”, tem 41 anos e há 24 anos é casada com Vergilino. É mãe de seis filhos: Leonir Carlos de 21 anos, Edimilson de 19, Veridiane de 17, Juciane de 14 e o casal de gêmeos Talisse e Tales de 3 anos. Todos vivem próximos dela, do jeito que ela gosta.

Jussara nasceu em Nonoai, lugar onde viveu até completar 18 anos quando se casou. Ainda menina aprendeu a fazer artesanato com taquara e, aos 12, já dominava esta tradicional arte Kaingang. Quem ensinou foi uma tia por quem nutre grande admiração. Quando casou, Jussara foi viver na Terra Indígena Serrinha, em Três Palmeiras. Lá teve os dois primeiros filhos. Percorreu com sua família alguns lugares até chegar à Terra Indígena Foxá, em Lajeado, no ano de 2004, onde vive até hoje. No entanto, Jussara conta que nos dois primeiros anos a vida foi difícil,





pois viveu acampada à beira da estrada. No ano de 2006, conquistaram o espaço da Terra Indígena Foxá de forma definitiva.

Jussara tem imenso amor por crianças, adora estar cercada por elas. Gosta tanto que quando sua filha Juciane tinha cerca de dez anos sentia falta de estar todo tempo em companhia de crianças.

Conversou com o marido para terem mais um filho e este se mostrou reticente, pois estava preocupado com o sustento da família. Jussara não desistiu da ideia. No dia que estava marcado para buscar o seu anticoncepcional chovia muito e Jussara decidiu não ir. Nos dias seguintes, Jussara também não foi. Algum tempo depois constatou que estava grávida. Apesar da imensa vontade que tinha de ter mais um filho sentiu medo quando seu desejo se realizou. Porém, a maior surpresa aconteceu na hora do parto, pois vieram à

luz Talisse e Tales: “Foi um susto”, diz Jussara, ressaltando que agora ela não terá mais filhos, agora cuidará dos netos. Sua filha Veridiane está grávida.

A educação escolar é considerada fundamental por Jussara. Ela, que estudou até o sétimo ano, sendo que o sexto e o sétimo anos

cursou aos 32 anos, quer que seus filhos estudem. Jussara parou de estudar porque queria estar mais perto das suas crianças: “Amo demais as crianças, tanto que queria cuidar dos filhos da minha irmã!”. Sua filha Veridiane, de 17 anos,

faz magistério e seu filho Edimilsom quer fazer faculdade de odontologia ou medicina. O filho mais velho, Leonir Carlos, não quer estudar, está trabalhando. Jussara disse que entende que “tem gente que prefere trabalhar e não estudar e outros preferem estudar e não trabalhar. Cada um é do jeito que é!”.

Para Jussara, ser mulher indígena “é ser a raiz do Brasil! Não acho que seja difícil, eu gosto da vida que tenho!”

LUZIA FLORÊNCIO RODRIGUES IURUMIRI

POVO TUPINIKIM - TERRA INDÍGENA COMBOIOS, ES



Luzia tem 33 anos e é mãe solteira de dois filhos. Ainda muito menina, aos 15 anos, quando ainda cursava o 1º ano do ensino médio, Luzia engravidou de seu primeiro filho. Nesse momento difícil, Luzia teve todo apoio de sua mãe e de alguns amigos, por isso conseguiu continuar os estudos. Aos 18 anos, entrou na faculdade. A educação é uma das questões centrais na vida de Luzia, que fez o curso de pedagogia de 2003 a 2005 na Faculdade de Aracruz (FAACZ). Em 2012, fez pós-graduação na Faculdade EST, vinculada à Rede Sinodal de Educação, São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Atualmente, está cursando Licenciatura Indígena no Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

O período da faculdade não foi fácil para Luzia, pois teve que enfrentar muitos



desafios para concluir seu curso. Quando iniciou, tinha bolsa de estudo a partir de acordo entre os indígenas Tupinikim e Guarani com a Aracruz Celulose que ocupava o seu território. No entanto, tendo em vista que o que realmente os povos indígenas necessitam é o território, eles quebraram e coube a cada um dos indígenas que frequentava a faculdade arcar com recursos próprios: “deu tudo certo: lutamos pela nossa terra e consegui também terminar o curso de pedagogia. Enfim, os desafios para nós indígenas em relação aos direitos são grandes diante da política de nosso país. O que busco é me formar para que possa contribuir sempre, principalmente na área da educação”.

Luzia é membro do Conselho Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Dorvelina Coutinho, onde é educadora nos anos iniciais. Outra atuação de Luzia é como artesã no grupo de mulheres da aldeia.

“Ser mulher indígena é compreender e respeitar quem eu sou. É aprender cada vez mais para lutar pelos nossos direitos como povos indígenas. É buscar sempre fazer, (re)construir e viver a vida sendo mãe, irmã, filha, amiga, educadora com o coração cheio de gratidão a Tupã pela maravilhosa natureza que nos deu, para que todos os dias possamos nos renovar com o sol, a terra, o ar, a chuva, o mar, o rio e todos os seres que há. É também ajudar a minha comunidade no fortalecimento da identidade étnica com as danças, envolvendo as crianças e os jovens”.

A decorative border surrounds the page, featuring a repeating pattern of stylized indigenous motifs in black and white. The motifs include various animals such as jaguars, toucans, and birds, along with human figures and symbols like books and a megaphone. The border is composed of small, repeating units that create a continuous, rhythmic pattern around the central text area.

SONHO PARA O FUTURO

Como atua na área da educação, Luzia espera no futuro próximo terminar o curso de Licenciatura Indígena, trabalhar com alunos dos anos finais e do ensino médio para fortalecer os diálogos culturais na formação da identidade étnica e cultural, respeitando os processos e princípios do povo Tupinikim e de outras etnias. Deseja também que os jovens ocupem cada vez mais os espaços das universidades, trazendo benefícios para si e para a comunidade.

JÉSSICA PRIPRÁ

POVO XOKLENG/LAKLÂNÔ - TERRA INDÍGENA LAKLÂNÔ, SC

Jéssica tem 26 anos, é mãe de dois filhos e é formada em Licenciatura Intercultural Indígena com ênfase em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É a sua formação que qualifica o trabalho como professora na Escola Indígena de Educação Básica Laklânô.

A permanência no curso de graduação foi o maior desafio para Jéssica: “Deixar a aldeia e minha filha pequena naquele tempo foi muito triste. O pior foi encontrar olhares preconceituosos dos não indígenas. Você fica sem chão, pois não é o seu lugar, não é a sua gente. Tive que aguentar durante quatro anos, pois meu objetivo era me formar e dar retorno para o meu povo e ajudar na luta contra os conflitos e preconceito que vivíamos”.

Em 2015, Jéssica se formou e voltou para a aldeia viver junto aos filhos. Atualmente faz



Para Jéssica, “ser mulher indígena é gerar o futuro do seu povo e lutar a cada dia para o melhor do seu povo!”



pós-graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais, numa cidade perto da sua aldeia.

SONHO PARA O FUTURO

Jéssica espera menos preconceito e mais união de todos, mais acesso aos direitos: “Quero que meus filhos tenham um futuro melhor, não o que eu tive, porque ser indígena não é fácil, sofremos muito preconceito. Espero que minha filha não sofra, porque ser mulher e ser mulher indígena é sofrer em dobro, por ser mulher e ainda por ser indígena!”.

SUSANA GAREN SALES

POVO KAINGANG - TERRA INDÍGENA FOXÁ, LAJEADO, RS

Susana Garen Sales é o nome da indígena Kaingang que vive há pouco mais de um ano na Terra Indígena Foxá. “Garen é quando uma criança bate com a madeira na terra” explica Susana. Na Aldeia de Pinhalzinho, no município de Planalto, norte do RS, Susana nasceu em uma família de 12 irmãos. Infelizmente, devido às grandes dificuldades, há apenas Susana e mais quatro irmãos vivos, pois antigamente a situação era muito difícil, as crianças da sua comunidade só eram levadas para o hospital quando já era tarde demais, relatou Susana.

Até seus cinco anos, Susana viveu na Aldeia Pinhalzinho e depois foi com a mãe para aldeia de Bananeira, em Nonoai. Nessa aldeia, Susana viveu até seus 15 anos, quando foi morar em Serrinha, município de Constantina. Em Serrinha, ela se casou e formou sua família. Hoje Susana tem dois filhos: um



filho adotivo de 19 anos, chamado Everton, filho do marido, e uma filha chamada Milene de 15 anos. Faz pouco mais de um ano que está morando na Terra Indígena Foxá. Susana

foi viver nesta terra porque seus irmãos já moravam ali. Jocelino, o vice-cacique da Terra Indígena, é seu irmão.

Sua mãe lhe ensinou a arte e a técnica do artesanato com taquara e cipó aos 15 anos, pois este sempre foi o meio de sobrevivência de sua família: “A gente produz e depois sai pra venda, uns saem e outros ficam produzindo”, contou Susana. A venda acontece por todas as cidades do entorno e prioritariamente no início do mês.

É difícil ser mulher indígena na sua compreensão. Susana conta que às vezes tem pessoas que são preconceituosas: “A gente bate nas casas pra oferecer o artesanato e tem gente que fecha a porta e a gente fica entristecida. Mas também tem gente que recebe bem, aí vemos que nosso trabalho é valorizado”.

Susana estudou até o 5º ano, mas teria estudado mais se a escola no interior não fosse tão longe. Hoje ela não estuda porque prioriza o sustento da família: “Eu parei na quinta série. Se eu fosse estudar eu conseguiria, mas tenho meus filhos pra sustentar. Então, a vida agora é o artesanato, meu ganho, meu trabalho”.

SONHO PARA O FUTURO

Cheia de esperanças para o futuro dos filhos que estão estudando, Susana acredita que eles terão a oportunidade de fazer coisas melhores, de melhorarem suas vidas.

No futuro, Susana gostaria que seu trabalho fosse valorizado em todos os momentos: “Pra nós seria melhor ter o trabalho mais valorizado. A gente sonha em nossa família ser feliz e fazer algo melhor”.

Para Susana, “ser mulher indígena é ser raiz que brota e dá frutos. Quando a gente cresce, nossos pais ensinam que se é raiz, que depois dá frutos. Isso começou desde pequenininho”.

PÂMELA APURINÃ

POVO APURINÃ- TERRA INDÍGENA: CAMICUÃ, BOCA DO ACRE, AM



Pâmela Apurinã, 27 anos, é da Terra Indígena Camicuã, mas atualmente vive em Rio Branco, onde nasceu. Pâmela está concluindo o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Acre (UFAC). Ela é filha de uma indígena que foi trabalhar na cidade de

doméstica e de um indígena que perdeu sua cultura. Assim, ela falou, teve sua memória ancestral apagada pela colonização.

Na escola, Pâmela foi ensinada que “índios de verdade” eram aqueles que comem gente, andavam nus, tinham pele bronzeada e cabelo “duro”. Ela conta: “Tudo o que eu não tinha”. Quando adulta, passou a visitar mais a família materna e uma nova percepção brotou. Ela percebeu que tudo aquilo que lhe foi ensinado não era realidade na sua família: “Tudo era, é, um grande equívoco”.

Foi também nesse período que começou a observar e participar do movimento indígena sendo voluntária no COMIN: “Foi ali que minha mente começou a se abrir e minha formação política começou. Logo percebi que queria ocupar outro lugar nessa luta, a de pesquisadora, não queria mais que nossa

história/perspectiva fosse dita por alguém de fora”.

A partir dessa sua compreensão, Pâmela decidiu investir na vida acadêmica. Em 2013, passou no curso de Ciências Sociais na UFAC e enfrentou dificuldades: “Foram muitos desafios de lá até aqui, houve momentos que me faltou sanidade mental para resistir aos comentários maldosos, aos questionamentos sobre minha identidade que vieram de indígenas e não indígenas e pelas dificuldades cotidianas”.

É imenso o orgulho de Pâmela em “desenvolver” na aldeia o papel de neta da Dona Osana e do Seu Manoel, um dos vários protagonistas que lutaram pelo povo Apurinã e pela comunidade. Fora da aldeia, Pâmela é estudante e trabalhadora

terceirizada em uma empresa que presta serviço de atendente ao público para a Fundação Nacional do Índio (Funai). Assim, Pâmela mantém contato direto com os indígenas que procuram a instituição. Nesse âmbito, também busca participar de atividades voltadas

aos assuntos indígenas. Hoje, Pâmela sente que construiu maturidade pessoal e acadêmica, um orgulho identitário e respeito profissional.

Para Pâmela, ser mulher, em geral, já é um grande desafio na sociedade, pois à mulher é cobrada resiliência, jovialidade, beleza, bom comportamento, ser boa

filha, boa mãe, boa esposa. Em troca dessas exigências há um mundo cheio de violência, coerção, abusos e desvalorização da mulher, seja dentro ou fora da aldeia:

“Venho de uma família onde as minhas maiores formadoras de caráter foram mulheres que quebraram as barreiras de formas muito particulares. Então, ser mulher indígena para mim é me inspirar nessas mulheres e provar ser boa naquilo que faço por ser uma mulher e por ser Apurinã”.



SONHO PARA O FUTURO

O que Pâmela deseja para o futuro não deseja apenas para si, mas também para todas as mulheres: “Um mundo onde minhas irmãs, primas e sobrinhas possam andar tranquilamente, onde não sejamos subjugadas e que sejamos valorizadas pelo intelecto e não apenas pela aparência, que sejamos respeitadas independentemente de povo indígena ou cor de pele”.

MARIA LUCIA TACUA PERES

POVO AVÁ-GUARANI - TEKOHÁ ATY MIRÎ, ITAPULÂNDIA, PR



Maria Lúcia, de nome Guarani Tacua, tem 41 anos e é casada. É casada dentro dos costumes Guarani, como ressalta: “Não no papel, no cartório, como se diz, mas dentro de nossa cultura”. Dessa união nasceram quatro filhos, que já lhe deram netos que são muito amados. Desde 2015, vive na aldeia Aty Mirim, que em guarani significa “grupo pequeno”. Antes de viver em Aty Mirim vivia na aldeia “Ocoy” que já não comportava tantos indígenas: “Estava pequena pra tanta gente, não tinham onde plantar, onde criar animais para subsistência”, conta Maria Lúcia.

Os pais de Maria Lúcia moravam em Jacutinga, mas perderam a aldeia por causa da Usina de Itaipu, sendo obrigados a buscar outro lugar para viver. Assim, foram viver na região da cidade de Medianeira onde trabalharam para um colono. Foi ali que seus pais formaram a família: “Ali a gente



nasceu, eu e meus nove irmãos. Onze, meu pai teve outro casamento. Lá no cartório de Medianeira é onde estão nossos registros”. Depois de alguns anos, seu pai já não conseguia desenvolver trabalhos tão pesados como exige a colônia. Dessa forma, com os filhos já crescidos, foram viver no Paraguai, lugar onde Maria Lúcia foi alfabetizada em Guaraní e Espanhol. Quando seu pai morreu, sua mãe voltou ao Brasil com os filhos e foi morar em “Ocoy”.

Maria Lúcia tinha parado de estudar, porém sempre considerou os estudos uma ferramenta de qualificação das pessoas e da luta indígena. Aos 20 anos, tomou coragem e voltou a estudar, fez o EJA – Educação de Jovens e Adultos – e iniciou magistério. No entanto, o curso de magistério não era voltado para a educação indígena e era longe de onde morava. Nesse curso, Maria Lucia acabou reprovando por

“Ser mulher indígena é sempre estar do lado do seu povo. É lutar pela terra, não só guarani”.

faltas, porque o transporte não era eficiente, quando chovia não era possível trafegar nas estradas de terra. No entanto, não desistiu. Em 2008, conseguiu uma vaga no Magistério Indígena, em Faxinal do Céu, oferecido pelo governo do Estado. O último ano do curso foi cursado em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, formando-se em 2012.

Dando continuidade aos estudos, Maria Lúcia fez vestibular na Universidade Federal do Paraná e passou para o curso de Letras em Português e Espanhol. Mesmo com toda a dificuldade enfrentada durante o curso, devido à adaptação em morar em um apartamento e pela dor da perda de um sobrinho que cursava Direito na mesma universidade, Maria Lúcia seguiu com coragem. Em março de 2018, aconteceu sua colação de grau, sendo a primeira indígena Avá Guaraní do Paraná a se formar em Letras. Essa proeza lhe deixa orgulhosa,



pois a maioria dos indígenas faz pedagogia: “Meu objetivo era fazer Letras, pra aprender mais, pra dar aula melhor em Guarani, por aprender melhor a gramática e poder ensinar melhor o Guarani, por isso peguei Letras”. Atualmente sente muito orgulho em ser professora Guarani lecionando para os 2° e 5° anos: “Eu já estava acostumada em sala de aula desde que fiz o magistério indígena. Estou conseguindo fazer bem”.

Dentro de sua aldeia, Maria Lucia ajuda muito seu irmão, Natalino, que está no cargo de cacique da aldeia. Dessa forma, as pessoas a procuram para se informar sobre as coisas da escola, como diz: “Ser professora é ser liderança”.

Maria Lúcia entende que como mulher indígena precisa defender seu povo, o direito das crianças à educação, à melhor saúde e à alimentação, o direito ao território, entre outros. Acredita que as mulheres indígenas precisam se unir, se organizarem em um movimento, mostrarem que têm

conhecimento e capacidade de lutar a favor de seu direito. A mulher indígena “não pode se calar”, ressalta.

O sonho de Maria Lúcia é ser escritora, fazer material para crianças e para jovens, pois acredita que as crianças têm de acessar o conhecimento sobre a luta, sobre seus direitos indígenas desde pequenas. Escrever poesia também é um dos prazeres de Maria Lucia.

SONHO PARA O FUTURO

Seu desejo é ter terra, ter um espaço onde seus parentes possam plantar, preservar sua cultura, ter educação de qualidade e que os professores indígenas valorizem muito sua língua, não deixando as crianças e os jovens esquecerem sua cultura.

MARTINA LOPES AMANTINO

POVO KAINGANG - TERRA INDÍGENA SE GU, NOVO XINGU, RS.



Natural de Nonoai, Martina atualmente está morando em Se'Gu. É casada, tem seis filhos, sendo cinco homens e uma mulher. Sempre trabalhou como professora, assim, conta com orgulho que Girlene, sua filha, e o filho, Jocemar, também são professores. Outro filho está concluindo o curso de auxiliar de enfermagem. Os outros três desistiram de estudar, mas Martina ressalta que todos

terminaram o ensino médio e cada um tem seu trabalho.

Martina saiu cedo de casa para estudar em uma época que isso não era comum, na década de 1970. A dedicação aos estudos aconteceu, pois entre os 9 e os 12 anos, trabalhou na casa do Chefe de Posto da FUNAI que a incentivou estudar. Assim, após fazer uma prova na qual passou em primeiro lugar, Martina foi estudar em Tenente Portela-RS. Seu pai aceitou de pronto a saída da filha para estudar, sua mãe não aprovou a ideia, pois queria estar perto da filha. Mesmo contrariando sua mãe, Martina lançou-se no mundo dos estudos. Passou muita dificuldade ao longo dos três anos do curso, teve alimentação precária, mas conseguiu concluir os estudos.



Martina conta que o curso de formação de professores indígenas iniciou com 18 indígenas, porém apenas doze concluíram, sendo oito rapazes e quatro moças. Os Guarani que participavam do curso desistiram no percorrer do caminho. Quando se formou, sem conhecer nada, pediu para ir trabalhar em Palmas, no Paraná. Pedido que foi aceito e, sem nunca ter ficado tão distante de casa, Martina encarou a jornada.

Martina foi a Palmas para trabalhar como professora para ensinar na língua Kaingang. Trabalho que demandou superar grande desafio, pois a comunidade falava mais Português que Kaingang. Apenas os mais velhos falavam Kaingang, e os mais novos se sentiam bem falando Português. Com o apoio do chefe do posto da FUNAI, do cacique e de uma liderança, fizeram reuniões com a comunidade pra falar sobre a importância do ensino em Kaingang que seria desenvolvido por Martina. Aos poucos, a comunidade foi

aceitando e Martina ensinou as crianças a falar, cantar e contar história em Kaingang. Martina não desistiu até conseguir resgatar a língua na comunidade.

Após o término do trabalho em Palmas, Martina foi trabalhar em Nonoai, também como professora. Lá, além de dar aulas, envolveu-se na busca por uma escola melhor como tem hoje. Sempre trabalhou reconstruindo a cultura do Kujã, líder espiritual, das ervas medicinais e reconstruindo a cultura Kaingang. Foi professora também na Terra Indígena Nonoai e na Terra Indígena Votouro e trabalhou no posto na Vila Alegre, em Nonoai.

Martina sabe reconhecer a importância do trabalho que desenvolveu no passado: “Através dos encontros de professores a gente sente como foi tão importante entrar os professores Kaingang, naqueles tempos de 1976. A gente ver o movimento que tem

hoje, a gente sente o fruto como resultado do trabalho. A gente sente que foi valorizado vendo esses professores de hoje”.

Martina é referência na luta pelo território desde que começou reunir as pessoas que nasceram na região de Novo Xingu para retomada do território. A decisão em fazer a retomada se deu a partir da lembrança das histórias que sua mãe contava: “Minha mãe dizia que nasceu em Novo Xingu e de lá saiu quando os colonos começaram a invadir o território. Meus avós saíram e foram morar no Capinzal, em Serrinha. Minha mãe tinha sete anos e lá ela cresceu. A gente nem sabia onde era o Novo Xingu”, diz Martina. Anos depois, uma parente contou a Martina que o Novo Xingu era da família Vergueiro. “Eu sou uma Vergueiro”, pensou Martina. A

retomada iniciou em 2004, porém até 2011 quando conseguiram recursos pra comprar uma parte da terra, tiveram muitas liminares que os faziam sair da retomada. Agora “já tem laudo antropológico, estamos esperando o resultado final”, enfatiza sobre a situação territorial.

Assim, Martina entende que “ser mulher indígena é lutar pelo bem estar e pelo direito da família e da comunidade Kaingang”.

Atualmente, em Novo Xingu, há vinte e duas famílias. Todas respeitam Martina e reconhecem Martina como liderança que orienta a forma de viverem na

Terra Indígena. Segundo ela, “a mulher Kaingang tem o papel de ajudar a planejar a forma de lutar, deve incentivar a coragem. Como mãe, tem de aconselhar os filhos, preparar a criança para luta, para que não sofram como seus pais e avós sofreram por não ter um pedaço de terra para plantar. É papel da mulher explicar que um dia eles terão a



sua própria família para criar. É importante explicar que cada um recebe uma marca herdada do pai e quando crescer tem de procurar pra casar alguém que tenha marca diferente da sua”, explica Martina sobre a cultura Kaingang.

Responsabilidade na luta da comunidade — na construção da documentação sobre saúde, educação e meios de sobrevivência — é o que move Martina. Como mulher se sente também responsável pelo trabalho de liderança e pensa ser “importante o trabalho de cada um, a luta de cada um”.

SONHO PARA O FUTURO

Martina tem a esperança de ver a terra demarcada para que a família e a comunidade vivam bem, possam ter suas casas, sua terrinha pra plantar. “Enquanto eu viver continuarei conversando com a comunidade pra continuidade da cultura e da língua que não pode se perder porque é o principal que temos”.

SOLEANE DE SOUZA BRASIL MANCHINERI

POVO MANCHINERI - TERRA INDÍGENA MAMOADATE, ASSIS BRASIL, AC

Soleane Manchineri, registrada Soleane de Souza Brasil Manchineri, tem 33 anos. É mãe de duas meninas que vivem com ela: Larissa de 10 anos e Lavínia de 7 anos. Soleane nasceu em Rio Branco e depois foi morar na Terra Indígena Mamoadate, aldeia Extrema. Lá viveu até os 4 anos, quando seus pais, por motivos de doença de familiares, resolveram morar na cidade. Ainda menina, aprendeu a história de seu povo através das narrativas de sua bisavó, Petrônia Maimara Manchineri, sobre as conquistas dos antigos Manchineri.

A educação escolar é considerada fundamental para Soleane. Mesmo tendo começado um pouco tardiamente para a idade escolar, pois seu pai era o barqueiro da Terra Indígena e vivia viajando com a família, concluiu os estudos e começou a participar dos movimentos indígenas ainda na adolescência.



Soleane graduou-se como Bacharel em História pela Universidade Federal do Acre. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras Linguagens e Identidades pela Universidade Federal do Acre.

Neste momento, secretaria a Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (SITOAKORE). Faz também parte dos Conselhos Municipais de Direito da Mulher e também do Conselho de Erradicação de Trabalho Escravo no Acre.

Soleane gosta muito de crianças e de animais, porém não consegue dedicar muito tempo a eles. Seu papel dentro e fora da Terra Indígena é fazer articulação política voltada para questão de gênero, juventude e liderança indígena, parteiras e pajés. O seu trabalho também está voltado ao pensar a questão de autonomia dos povos indígenas, de maneira geral, considerando a valorização da alimentação tradicional.

Os desafios e as conquistas que teve ao longo de sua trajetória pessoal foi de estudar e compreender processos que podem

prejudicar os direitos dos povos indígenas em todos os aspectos. Da mesma forma, resistir junto de seu povo para continuar afirmando o direito de ser indígena se configura como um desafio a Soleane. Neste processo não abandona sua essência de mulher indígena lutando, vencendo desafios e superando as dificuldades da vida.

Para Soleane, ser mulher indígena “é ser essência e resistência! É lutar e se autoafirmar na atual sociedade!”.

SONHO PARA O FUTURO

O sonho de Soleane é que seu povo seja respeitado individualmente, assim como coletivamente, que seus conhe-

cimentos sejam valorizados e não inferiorizados, que tenham qualidade de vida, saúde e educação. Da mesma forma, deseja ver seus territórios respeitados, seu modo de vida assegurado. Ela sonha com vida digna para os povos indígenas, qualidade na educação e na saúde. Deseja, especialmente, que suas gerações se perpetuem!

JOANA ISABEL DE ALMEIDA PERES

POVO AVÁ GUARANI - TEKOHÁ ATY MIRIN, ITAIPULÂNDIA, PR

Um pouco diferente da maioria dos indígenas que conhece, Joana Isabel nasceu em Matelândia, local que não era uma terra indígena. Em dezembro, Joana completará 22 anos, é casada, mas ainda não tem filhos.

Joana Isabel cresceu no Paraguai, pois sua mãe, ao casar com um não indígena, com um mestiço, mudou-se com o marido para o Paraguai, pois o casamento não foi aceito pela família da mãe. Outros motivos que levaram seus pais a viver no Paraguai foram a falta de condições na cidade e a falta de terra indígena.

Foi no Paraguai que Joana Isabel frequentou a escola até o 6º ano. Em 2010, já no Brasil, foi estudar na aldeia Ocoy. Porém, retrocedeu dois anos, pois a colocaram repetir o 4º ano para testar seu nível. Mesmo tendo êxito nas atividades escolares, Joana quis



ficar no 4º ano, tinha o desejo de aprender melhor o português. Em 2014, ainda em Ocoy, Joana terminou o ensino médio e já prestou vestibular da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) para Pedagogia. Está cursando o último ano, concluirá no fim de 2018. Seu marido também cursa Pedagogia, é seu colega e parceiro. Os dois se formarão juntos.



Joana conta que no início não gostava de Pedagogia, porém a forma crítica como os professores ensinam, que desperta seu desejo pelo pensar, a fez gostar da Pedagogia e gostar da sala de aula. Joana já trabalha como professora na aldeia na Educação Infantil no 2° e no 4° ano. Como a aldeia é nova, organizada em 2015, ainda há poucas crianças, assim as turmas na escola são pequenas. O 2° ano tem oito alunos e o quarto ano tem somente três.

A rotina diária de Joana é bem cheia. No período da manhã e da tarde, Joana Isabel trabalha na escola e à noite vai para faculdade em Foz do Iguaçu, cerca de uma hora e meia de viagem. A van que leva Joana Isabel e seu marido para a universidade sai da aldeia às 16h15 e retorna pela meia-noite e meia. “Não há tempo para fazer outra coisa. Gostaria de participar de outros espaços. Nos sábados, participava de

cursos, mas este ano com o Trabalho de Conclusão de Curso, não consigo fazer nada”, conta Joana.

Mesmo com essa rotina exaustiva, Joana Isabel gosta de frequentar o ambiente da universidade e acredita que isso se deve mais ao curso que escolheu: “É bem gostoso na faculdade, no curso de Pedagogia. Não sei se em outro curso seria assim. Os professores mesmo falam que os alunos dos outros cursos não veem o indígena como iguais, com direitos e deveres iguais”.

Joana Isabel, mesmo tão jovem, reflete sobre o papel da mulher e entende que na sua comunidade “tem espaço para as mulheres, são as mulheres que participam, são elas que vão às reuniões, são elas que fazem. Quando o cacique convoca as reuniões, a maioria dos participantes são mulheres. No entanto,

Para Joana Isabel, “ser mulher indígena é cada dia renovar os conhecimentos e, principalmente, saber lidar com o mundo”.



fora penso que as próprias mulheres não se interessam muito, mas internamente elas participam”.

Sobre a participação das mulheres fora da comunidade, Joana Isabel também percebe que quando os homens ouvem uma mulher indígena falando se surpreendem, pois os *jurua*, como chamam os não indígenas, acham que a mulher indígena é sem capacidade. As mulheres indígenas também sofrem com a discriminação dos *jurua*, pois na cidade se comportam como na aldeia, então são chamadas de sujas e preguiçosas. “Na aldeia conversamos com as mulheres para se cuidarem na cidade, especialmente as moças para não sofrerem violência. As normas internas da comunidade orientam esse cuidado. Mas dentro da comunidade também tem machismo, o próprio jogo de futebol é uma briga para as mulheres poderem jogar”, conta Joana Isabel rindo.

Todo dia Joana Isabel sonha. O sonho deve ser diário “acordar, querer fazer alguma

coisa e conseguir”. Conhecer tudo e de todas as formas possíveis é o seu grande desejo: “Eu gostaria muito de conhecer o Amazonas, gosto de ir em busca de uma coisa nova, novas experiências. Isso não significa que estou deixando minha cultura pra trás. Quero estudar, quero estudar tudo o que for possível.”

SONHO PARA O FUTURO

Para o futuro, Joana Isabel deseja a garantia de acesso aos territórios para que as novas gerações tenham mais espaço para viver sua cultura.

CLECI CLAUDINO

POVO KAINGANG - TERRA INDÍGENA GUARITA, RS

Cleci Claudino, com nome Kaingang Nun Rá, é da marca tribal Kanhrukrê. Ela tem quarenta anos e é mãe de uma menina com treze anos. Cleci mora na Aldeia de São João do Irapuã, na Terra Indígena Guarita, onde nasceu, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul. A Terra Indígena onde vive Cleci abriga dois povos indígenas: Kaingang e Guarani Mbya, que somam cerca de 7.000 habitantes. Assim, ali dentro, três línguas são faladas: Kaingang, Guarani Mbya e Português brasileiro. Cleci se comunica na língua Kaingang e Português.

No ano 2000, Cleci iniciou a atividade de professora na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jêthê Ténh Ribeiro, localizada na comunidade do Km 10 e na Escola Antônio Kasĩn Mĩg, na comunidade onde vive. Formou-se em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica na Universidade Federal de Santa





Catarina em 2014: “Durante esses quatro anos de academia, minha vida mudou de uma maneira muito importante, pois através dos conhecimentos adquiridos e experiências vivenciadas, a mente fica mais aberta para unir teoria e prática, dando subsídio em meu trabalho como professora e discernindo o que realmente é importante para nós, como indígenas e, principalmente, perceber qual o papel das mulheres indígenas, na luta para atingir seus objetivos na contemporaneidade”.

Cleci conta que, na cultura indígena Kaingang, as mulheres estão inseridas nas atividades em que são fundamentais, ou seja, na organização social e econômica e também na educação dos filhos, pois a maior parte da educação dada aos filhos é

“Ser mulher indígena Kaingang é conquistar seu espaço e o poder sobre si mesmas, na relação entre as pessoas, definindo-se através de seus comportamentos, atitudes, trabalhos e interesses na sociedade pública. É nosso povo, nossa história, nossas lutas, nossa cultura que faz sermos guerreiras por natureza”.

responsabilidade da mãe. O aprendizado da criança se dá no convívio social Kaingang e no cotidiano familiar junto da mãe, no qual acompanha a preparação de comida típica, como o fuva, planta alimentar Kaingang que

é a carne, e na busca do milho para ralar e fazer o ãmĩ, bolo tradicional Kaingang feito de farinha de milho ou trigo e assado direto no fogo de chão. Essa interação também acontece na preparação do artesanato, desde a busca da taquara e outras matérias-primas até a confecção das peças. A busca e preparação das ervas medicinais também é momento que possibilita

o aprofundamento na cultura. Enquanto está fazendo suas tarefas, a mãe conta histórias que relatam como são os afazeres da casa, histórias que foram contadas e ensinadas

A decorative border surrounds the page, featuring stylized illustrations of various animals (monkeys, birds, a dog) and objects (books, a megaphone, a globe) in a repeating pattern.

pelas suas avós: “Tudo isso a criança aprende não como serviço forçado, mas sim como um aprendizado espontâneo”, conta Cleci.

Mesmo com tantos afazeres na comunidade, a participação feminina no espaço público tem aumentado, pois as mulheres ocupam, atualmente, lugares na esfera pública da sociedade, como em postos de saúde, na educação, nas políticas sociais e representações comunitárias. Muitas vezes, são as mulheres que buscam o sustento e a sobrevivência da família por meio de roças familiares, da confecção e venda de artesanato em cidades e feiras, da prestação de serviços temporários em casas de famílias, junto a produtores rurais e empresas diversas, como em frigoríficos, funcionárias públicas, educação, saúde, etc. As mulheres da Terra Indígena de Cleci possuem como estratégia o empenhar-se na proteção ou reestabelecimento do equilíbrio entre a extração e a regeneração dos recursos naturais e renováveis.

SONHO PARA O FUTURO

Cleci sonha para o futuro a continuidade de sua caminhada: “Tudo o que eu conquisei até aqui foi merecido e resultado de muito trabalho. Mas meu sonho não para por aqui. Acredito que com esforço e persistência farei mestrado na área da educação, com o intuito de fortalecer e revitalizar a cultura de nosso povo. Temos muitos que conquistar, não paramos por aqui”.

LUANA NACOÇA CINTA LARGA VICENTE

POVO CINTA LARGA - TERRA INDÍGENA ROOSEVELT, RO



Luana tem 35 anos, é mãe de um lindo trio, duas meninas e um menino, frutos do casamento que mantém há dezessete anos com o não indígena Vanderson Vicente. Além de mãe orgulhosa, Luana também é

satisfeita em ser professora na sua aldeia. Atualmente, está no 4º período do curso de Educação Básica e Licenciatura Intercultural na Universidade Federal de Rondônia (Unir), no Campus de Ji Paraná.

O pai de Luana foi um grande líder de sua aldeia, função que requeria empenho na busca de recursos. Assim, quando tinha quatro anos, Luana foi viver na cidade com seus pais, no entanto enfatiza que nunca deixaram totalmente a vida na aldeia: “Fomos para cidade, mas sem nos afastarmos dos meus parentes e da aldeia. Sempre que podíamos estávamos na aldeia”.

Luana conta que quando seus pais se separaram, seu pai não quis ficar com ela, mas isso não foi impeditivo de crescer vendo sua luta e o tem como exemplo a ser seguido. Depois da separação de seus pais, viveu um

tempo em Riozinho, distrito de Cacoal, RO, em Cacoal e Ji-Paraná. Quando concluiu o ensino básico, Luana voltou para Riozinho para fazer o ensino médio. Antes de terminar o terceiro ano já estava casada.

Luana trabalhou cinco anos na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na Coordenação de Cacoal. Depois trabalhou na associação de seu povo. Em 2017, assumiu como professora de nível A (nível médio) na sua aldeia: “Aprendi a amar essa profissão. Um dos desafios que aceitei ao me tornar professora é, a cada dia, melhorar na minha profissão”.

Além de ser professora na aldeia, Luana desenvolve também um importante papel fora da aldeia. Por sua experiência na educação escolar indígena, ela coordenou,

por um ano, a Organização dos Professores Indígenas de Rondônia (OPIRON). Sua gestão ainda estava em vigor quando renunciou a coordenação por falta de disponibilidade de tempo.

SONHO PARA O FUTURO

O grande desejo para seu futuro é formar-se em Gestão Escolar e poder continuar ajudando sua família: “Quero contribuir com o meu povo Cinta Larga e, de alguma forma, fazer a diferença para melhorar o mundo.”

Luana entende que “Ser mulher indígena é motivo de muito orgulho, é uma prova de resistência, é lutar pela continuidade de nossa geração, tradição e cultura, mesmo sabendo que a cultura está em constante mudança. Não temos como evitar, mas temos que ter o cuidado para não perdermos nossa essência”.

DONA MARIA E DIONÍSIA

POVO GUARANI MBYA - TEKÓÁ MIMBÁ ROKÁ, BIGUAÇU, SC

Dona Maria e Dionísia são mãe e filha, pertencentes ao povo Guarani Mbya. Dona Maria tem 56 anos e Dionísia tem 18 anos. Atualmente elas moram em Biguaçu, Santa Catarina, na Tekoá Mimbá Roká. Dona Maria nasceu no Paraná e não conheceu seus pais, sua mãe faleceu durante o parto e ela foi criada por parentes. Tem 8 filhos, 7 estão casados e moram em outras aldeias. Dionísia é a filha mais nova, mora com ela e vai permanecer ao seu lado, “mesmo após se casar”, diz Dona Maria. Também moram com a Dona Maria a sua neta Diana e Vherá Poty, um amigo que acompanha e ajuda a família há alguns anos.

Dona Maria teve uma vida difícil. Na época em que se casou, no Paraná, era muito difícil conseguir alimentar sua família, não havia nenhum tipo de ajuda. Ela teve que trabalhar muito, fazendo roçado para que



sua família tivesse o que comer. Relembrando esse tempo, Dona Maria conta como se estivesse vivendo ele novamente: “Se a gente não planta, não tem o que comer, ninguém



ajuda, é difícil. A gente leva todas as crianças na roça, faz um barraquinho, fica no meio da roça, carpi, planta arroz, feijão, de tudo. A gente faz toda a limpeza na roça, meu marido vai no mato pra fazer palanque para vender, pra nós comprar comida até que tenha o feijão da roça”.

Hoje, Dona Maria é aposentada e suas tarefas diárias consistem em cuidar de todos os moradores da casa. Para isso, conta também com a ajuda do Vherá Poty, que trabalha como professor na Escola Indígena na aldeia. O cuidado de Dona Maria para com a

casa e a família vai muito além das tarefas domésticas cotidianas. A preocupação da mulher Guarani está muito ligada à educação cotidiana das crianças e ao cuidado físico e espiritual delas. Envolve um cuidado, desde a gestação, e segue pela vida toda. A

convivência coletiva é algo muito importante para a resistência de seu modo de ser. Isso é importante tanto para a saúde física e espiritual da mãe como dos filhos. Por isso as mães sempre estão juntas de seus filhos, nunca os deixam sozinhos. Sempre os envolvem nas tarefas do dia a dia e lhes dão conselhos.

O que Dona Maria mais gosta é estar bem na sua comunidade, ter seu espaço tranquilo para morar, ter as coisas necessárias da cidade e também ter a moradia tradicional, principalmente cultivar as plantas tradicionais do povo

Guarani, fazer o roçado tradicional, cuidar da família e estar à espera da visita de seus familiares que estão em outras aldeias, de forma que eles sempre possam lhe encontrar. Dona Maria conta feliz que onde ela mora hoje a terra é muito boa para plantar. Ela

Para Maria, “ser mulher indígena Guarani é aprender os valores da vida e transmitir para as novas gerações seguirem a nossa história”. Dionísia pensa que “ser mulher indígena é viver e ter orgulho da minha essência”.



planta milho, melancia, mandioca, feijão, abóbora, batata-doce. Ela também gostaria muito de ter uma horta, além do roçado.

Dionísia, como filha de Dona Maria, recebeu todos os cuidados do modo de ser tradicional Guarani, aprendeu a vivê-los e espera continuar vivendo assim com a família que ainda irá formar.

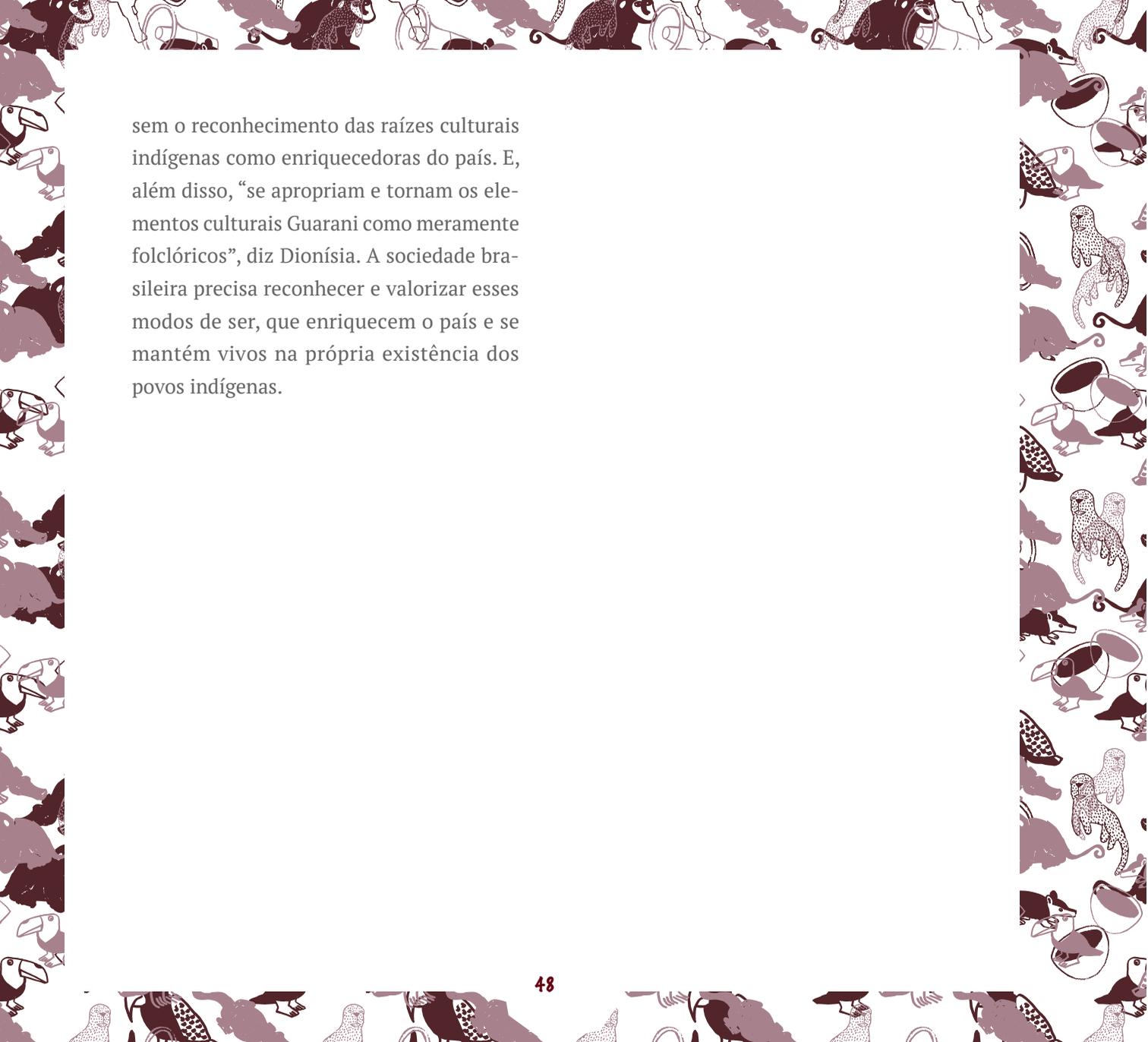
Dionísia também sonha em ter sua casinha, com sua família. Ela já se preocupa em como ajudar sua família, como educar e cuidar das crianças, como manter a família na comunidade. O plantio é algo muito forte para as mulheres Guarani Mbya, pois as plantas tradicionais estão diretamente relacionadas à espiritualidade. Cuidar da família significa também manter todos fortes espiritualmente. O alimento tradicional não fortalece apenas o corpo fisicamente, mas também espiritualmente. O milho tradicional Guarani, por exemplo, é utilizado para o ritual no qual cada criança recebe seu nome, e que é fundamental para a vida espiritual

dela. Essa preocupação é um ato importante de resistência do modo de ser Guarani. Dionísia relata que mesmo tendo acesso às tecnologias não indígenas, é importante manter fortes as raízes de seu modo de ser.

SONHO PARA O FUTURO

Dona Maria espera que os *jurua*, os não indígenas, reconheçam e respeitem a identidade ancestral Guarani, o seu modo de vida. Ela espera que os *jurua* conheçam de perto esse modo de ser para desconstruir preconceitos, que estejam mais próximos para respeitar verdadeiramente.

Dionísia considera a política do país bastante agressiva na tentativa de destruir os povos indígenas e seus modos de ser. Ela está se preparando para ser professora na escola indígena da aldeia no próximo ano. Isso significa se inteirar de todas as políticas que afetam a educação tradicional Guarani e a luta do povo para manter seus direitos e seu modo de ser. Muitas políticas são impostas,



sem o reconhecimento das raízes culturais indígenas como enriquecedoras do país. E, além disso, “se apropriam e tornam os elementos culturais Guarani como meramente folclóricos”, diz Dionísia. A sociedade brasileira precisa reconhecer e valorizar esses modos de ser, que enriquecem o país e se mantêm vivos na própria existência dos povos indígenas.

SUELI VENHKRE TOMÁS

POVO KAINGANG - TERRA INDÍGENA POR FI GA, SÃO LEOPOLDO, RS

Sueli tem 28 anos, ainda não tem filhos, mas deseja ser mãe de dois filhos. Nasceu na terra indígena Nonoai, onde viveu até os 14 anos. Depois foi embora pra Serrinha. Aos 16 anos casou e foi morar em Por Fi Ga, onde vive atualmente, mas tem o sonho de voltar para o interior. Seu casamento foi arranjado conforme conta: “Conheci ele na sexta e casei na segunda”. O seu marido foi na festa de casamento do primo, viu Sueli e gostou dela. Sueli está casada há treze anos.

Até se casar, Sueli nunca tinha saído de sua aldeia, foi novidade ir morar em Por Fi Ga que é muito próxima da cidade. Quando casou, logo começou a estudar e se acostumou com a cultura diferente. No entanto, conta que sofreu e ainda sofre muito com o preconceito. Isso faz com que avalie permanentemente se vale a pena se submeter ao preconceito pra estudar. Sueli fez



curso técnico de enfermagem, cursou por um tempo a faculdade de enfermagem e

farmácia na Feevale. No entanto, desistiu porque seu maior desejo é fazer a faculdade de psicologia.

Sueli percebe e se preocupa com o grande preconceito aos povos indígenas. Conta que quando estava no curso técnico um professor perguntou a ela “o que uma índia quer com curso de técnico em enfermagem?”. Quando cursava a graduação em enfermagem na Feevale, universidade em Novo Hamburgo, RS, em um momento em que havia

um grupo indígena fazendo retomada de uma terra, ouviu o professor falando para um de seus colegas “que se deveria jogar inseticida nos índios”: “É muito difícil escutar este tipo de coisa. Você não sabe se chora, se fala. Eu fiquei pensando que não podia ser verdade. São coisas que não se acostuma, sabe como lidar pra não sofrer, mas não acostuma.”

Para Sueli, “ser mulher indígena é ser guerreira, pois somos guardiãs de cultura e conhecimento”

Atualmente Sueli trabalha como funcionária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no posto de saúde dentro da Terra Indígena. Ocupação que lhe causa alegria, pois considera importante ter indígenas que trabalham neste local porque conhecem a cultura e a língua do povo: “Ninguém melhor que um indígena pra cuidar de outro indígena”.

Na terra indígena Sueli tem livre acesso a todas as questões referentes à saúde, participa de tudo que acontece sobre o tema. Da mesma forma, participa das atividades voltadas à educação e aos espaços de comercialização. Ela e Cleusa, sua colega no posto de saúde, são referências na comunidade, também para os não indígenas. .

Para Sueli, toda mulher é guerreira: “Guerreiras todas nós somos. Guardiãs, algumas, não todas. Há mulheres que aprendem e guardam o conhecimento, outras esquecem.



Eu aprendi muita coisa com minha avó sobre ervas medicinais e guardei. Por isso ser guardiã”.

O SONHO PARA O FUTURO

O sonho de Sueli é fazer faculdade de Psicologia, ter, ao menos, dois filhos e continuar casada. No futuro deseja morar no interior, morar na aldeia onde ela cresceu: “Gostaria de criar meus filhos como fui criada, no interior, com simplicidade. Aqui é muito perto da cidade. Não dá para ensiná-los a pescar porque não tem rio, não dá para caçar porque não tem mata. Quero levar meus filhos pra lá. Acho que é por isso que eu não tive os dois ainda, estou esperando a hora de voltar”.

SEVERIÁ IDIORIÊ

POVO KARAJÁ E JAVAÉ - TERRA INDÍGENA ALDEIA XAVANTE WEDE'RÃ, MT, E GOIÂNIA, GO

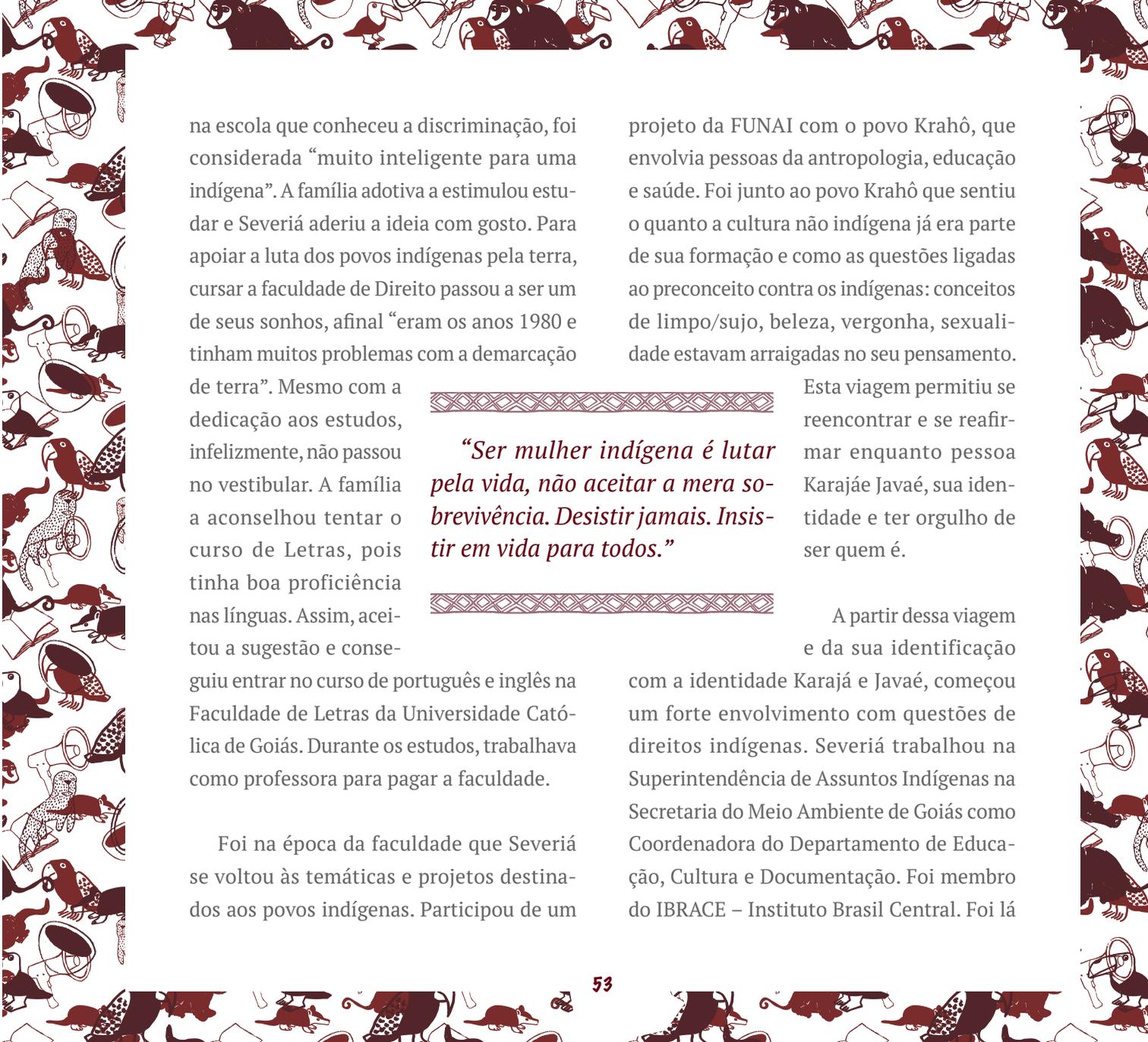


Severiá Idioriê vive na aldeia Wede'rã do povo Xavante e na cidade de Goiânia. A sua vida é caracterizada por viver entre duas realidades: a realidade da aldeia que mantém o

jeito de viver indígena e a realidade da cidade, da sociedade envolvente. Severiá nasceu na aldeia do seu povo Karajá e Javaé, onde sua família foi a última a deixar o local. Hoje a aldeia já não mais existe, devido aos problemas relativos à terra.

Severiá perdeu os pais bem cedo. Sua mãe faleceu quando tinha 12 anos, devido ao sarampo. Como seu pai não teve condições de cuidar dos seis filhos e filhas, a família foi separada. Severiá e duas irmãs foram adotadas por uma freira Franciscana. Os irmãos foram viver em um orfanato na cidade. O pai faleceu logo depois em um acidente de barco.

A vida na sua família adotiva era agradável. Vivia com a mãe da freira Franciscana, a primeira avó na sua vida, frequentava a escola sendo bem dedicada aos estudos. Foi



na escola que conheceu a discriminação, foi considerada “muito inteligente para uma indígena”. A família adotiva a estimulou estudar e Severiá aderiu a ideia com gosto. Para apoiar a luta dos povos indígenas pela terra, cursar a faculdade de Direito passou a ser um de seus sonhos, afinal “eram os anos 1980 e tinham muitos problemas com a demarcação de terra”. Mesmo com a dedicação aos estudos, infelizmente, não passou no vestibular. A família a aconselhou tentar o curso de Letras, pois tinha boa proficiência nas línguas. Assim, aceitou a sugestão e conseguiu entrar no curso de português e inglês na Faculdade de Letras da Universidade Católica de Goiás. Durante os estudos, trabalhava como professora para pagar a faculdade.

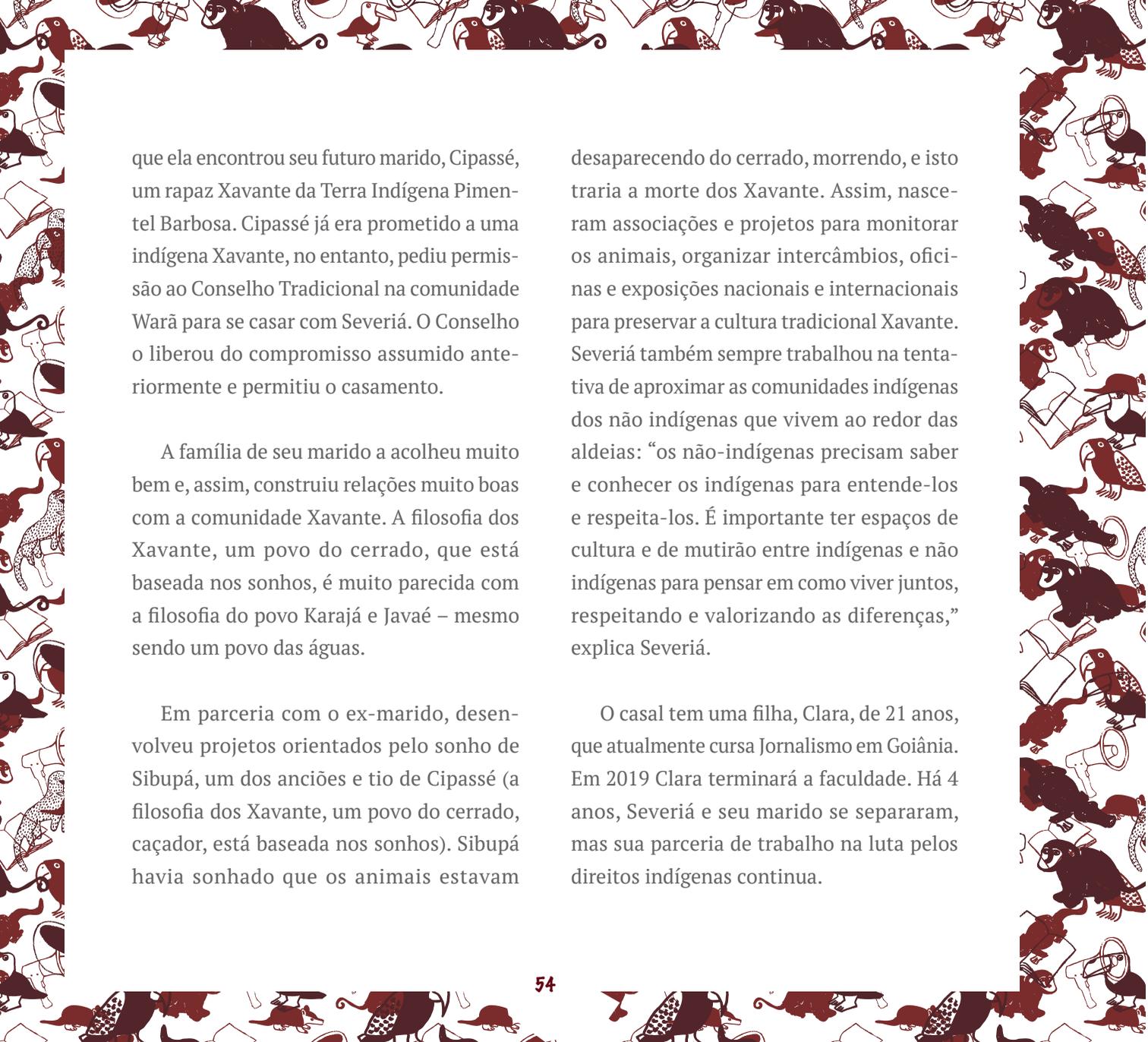
Foi na época da faculdade que Severiá se voltou às temáticas e projetos destinados aos povos indígenas. Participou de um

“Ser mulher indígena é lutar pela vida, não aceitar a mera sobrevivência. Desistir jamais. Insistir em vida para todos.”

projeto da FUNAI com o povo Krahô, que envolvia pessoas da antropologia, educação e saúde. Foi junto ao povo Krahô que sentiu o quanto a cultura não indígena já era parte de sua formação e como as questões ligadas ao preconceito contra os indígenas: conceitos de limpo/sujo, beleza, vergonha, sexualidade estavam arraigadas no seu pensamento.

Esta viagem permitiu se reencontrar e se reafirmar enquanto pessoa Karajáe Javaé, sua identidade e ter orgulho de ser quem é.

A partir dessa viagem e da sua identificação com a identidade Karajá e Javaé, começou um forte envolvimento com questões de direitos indígenas. Severiá trabalhou na Superintendência de Assuntos Indígenas na Secretaria do Meio Ambiente de Goiás como Coordenadora do Departamento de Educação, Cultura e Documentação. Foi membro do IBRACE – Instituto Brasil Central. Foi lá



que ela encontrou seu futuro marido, Cipassé, um rapaz Xavante da Terra Indígena Pimentel Barbosa. Cipassé já era prometido a uma indígena Xavante, no entanto, pediu permissão ao Conselho Tradicional na comunidade Warã para se casar com Severiá. O Conselho o liberou do compromisso assumido anteriormente e permitiu o casamento.

A família de seu marido a acolheu muito bem e, assim, construiu relações muito boas com a comunidade Xavante. A filosofia dos Xavante, um povo do cerrado, que está baseada nos sonhos, é muito parecida com a filosofia do povo Karajá e Javaé – mesmo sendo um povo das águas.

Em parceria com o ex-marido, desenvolveu projetos orientados pelo sonho de Sibupá, um dos anciões e tio de Cipassé (a filosofia dos Xavante, um povo do cerrado, caçador, está baseada nos sonhos). Sibupá havia sonhado que os animais estavam

desaparecendo do cerrado, morrendo, e isto traria a morte dos Xavante. Assim, nasceram associações e projetos para monitorar os animais, organizar intercâmbios, oficinas e exposições nacionais e internacionais para preservar a cultura tradicional Xavante. Severiá também sempre trabalhou na tentativa de aproximar as comunidades indígenas dos não indígenas que vivem ao redor das aldeias: “os não-indígenas precisam saber e conhecer os indígenas para entendê-los e respeitá-los. É importante ter espaços de cultura e de mutirão entre indígenas e não indígenas para pensar em como viver juntos, respeitando e valorizando as diferenças,” explica Severiá.

O casal tem uma filha, Clara, de 21 anos, que atualmente cursa Jornalismo em Goiânia. Em 2019 Clara terminará a faculdade. Há 4 anos, Severiá e seu marido se separaram, mas sua parceria de trabalho na luta pelos direitos indígenas continua.

A decorative border surrounds the page, featuring stylized indigenous motifs in black and red. The motifs include various animals like birds, monkeys, and jaguars, as well as human figures and symbols like a megaphone and a book. The border is composed of repeating patterns along the top, bottom, and sides of the page.

SONHO PARA O FUTURO

Na luta pelos direitos dos povos indígenas Severiá aprendeu que é preciso garantir o presente para garantir um futuro. Os preconceitos na maioria da sociedade brasileira possibilitam e justificam o não reconhecimento dos povos indígenas no país: na questão da demarcação das terras, no respeito por um jeito de viver diferenciado, em uma educação e visão de mundo diferente. A vida é efêmera diz Severiá: “Pode ser aqui hoje, mas não amanhã. Para ter um bisneto, você precisa ter filho que está com saúde, que respeita os anciões, que sabe os jeitos de viver.” O mais importante para o futuro, sob seu ponto de vista, é ter terra para viver, para fazer as festas, para continuar plantando, pescando, coletando frutas, viver e administrar uma

economia da abundância. A demarcação precisa acontecer agora. Severiá enfatiza que é necessário ter relações com os não indígenas para impactar as políticas públicas. Também considera fundamental, para a perspectiva de futuro, educar as crianças, pensar qual tipo de escola e qual tipo de educação é preciso, e fortalecer os jovens: “Eles precisam entender a importância da luta, de ir na estrada e lutar por seus direitos. Os jovens precisam de mais informação para que eles possam continuar refletindo, analisando quais caminhos os levam a serem construtores de sua própria história na imensidão dos campos cerrados e nas cidades que foram construídas em seus territórios tradicionais.”

CLACIANE RIENENH

POVO KAINGANG - TERRA INDÍGENA GUARITA, RS

Claciane Rinenh Crespo, nasceu no dia 5 de março de 1990 na cidade de Redentora no estado do Rio Grande do Sul. Claciane pertence ao povo Kaingang, da marca tribal Kanhru. Ela se criou e ainda vive na Terra Indígena Guarita, situada no Noroeste do RS.

O ensino básico foi cursado por Claciane na comunidade onde morava, Missão Indígena, na escola que atualmente tem o nome de Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Davi Rygjo Fernandes. Do quinto ano em diante, Claciane estudou em uma escola não indígena, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Ensino Médio Américo dos Santos. Como estudar é fundamental para Claciane, também cursou o magistério normal no Instituto Fagundes Varela e, durante 4 anos, estudou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para graduar-se na



área das linguagens (Língua Kaingang, Português, Artes, Educação Física).

Hoje, aos 28 anos, Claciane conta que desde cedo busca conquistar e realizar seus sonhos: “Sempre faço a minha parte para atingir o que almejo, porém, nem sempre conquistamos aquilo que sonhamos, mas quando lembro que fiz o melhor de mim fico feliz, afinal, fiz tudo o que estava ao meu alcance”.

Mãe de uma menina de 2 anos e 11 meses, chamada Gabriela Ritê Crespo da Rosa, Claciane divide seu tempo entre a maternidade e o trabalho. Atualmente é educadora 20 horas semanais em séries finais, com a disciplina de Língua Portuguesa e 20 horas com a turma do 2º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Bento Pi Góg, localizada na comunidade de Pedra Lisa, também na Terra Indígena Guarita.

Claciane acredita que “ser mulher indígena é atuar nas decisões, nos afazeres e responsabilidades na comunidade e fora dela”.

Trabalhar com educação bilíngue é uma das grandes conquistas de Claciane, pois a maioria dos indígenas é falante de Língua Kaingang e isso facilita o processo de ensino e aprendizado, mesmo que na maioria das escolas a direção não goste do ensino bilíngue: “a minha trajetória e minha luta são contra esse tal de “sistema”, pois a educação indígena Kaingang é feita em casa, na agricultura, nas brincadeiras, nos diálogos (contação de histórias e conversas). As pessoas não aprendem só em quatro paredes, também se aprende ouvindo histórias em baixo de uma árvore, por exemplo, ou, escutando as conversas, os conselhos de uma pessoa sábia (kófa), ou até mesmo observando o adulto trabalhar, a criança aprende também a trabalhar”.

Dentro da Terra Indígena, o papel protagonizado por Claciane é defender a língua

A decorative border surrounds the page, featuring stylized indigenous motifs in shades of purple, green, and yellow. The motifs include various animals like toucans and birds, as well as human figures and symbols, all rendered in a folk-art style.

materna Kaingang. Muitos moradores da Terra Indígena Guarita se consideram indígenas, mas não praticam nem falam em sua língua materna. Claciane explica aos seus alunos a importância da língua para as gerações futuras, para também saberem sobre seus direitos e deveres dentro e fora das comunidades indígenas, além de praticar e vivenciar seus costumes.

SONHO PARA O FUTURO

Para o futuro, Claciane quer que o sistema educacional fosse priorizado, contemplando a diversidade, educação gratuita e de qualidade para todos, que possibilite formar profissionais com capacidade de pesquisar e promover conhecimentos científicos, valorizando os costumes e conhecimento do indivíduo. Assim, Claciane entende que “precisamos trabalhar e desenvolver valores éticos e morais com todos, com crianças e adultos. A mudança que queremos está nas mãos do grupo ou do povo. Enfim, gostaria de formar indivíduos pensantes e criativos sempre valorizando suas crenças, costumes”.

WALDERES COCTÁ PRIPRÁ DE ALMEIDA

POVO LAKLÂNÔ/XOKLENG - LAKLÂNÔ, SC

Walderes é indígena do povo Laklânô/Xokleng, tem 33 anos e é mãe de uma menina. Graduada em Letras Português/Espanhol, pela universidade UNIASSELVI, e também em Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica pela Universidade Federal de Santa Carina – UFSC, Walderes entende que os estudos são parte fundamental da vida. Por pensar assim, não parou de estudar: atualmente é mestranda em História na UFSC, na Linha de pesquisa História Indígena, Etnohistória e Arqueologia.

Por 12 anos, Walderes trabalhou como professora na rede estadual de educação, na Escola Indígena de Educação Básica Vanhecu Patté, na sua aldeia (Aldeia Bugio), sempre focando na educação diferenciada, como está garantida na Constituição Federal de 1988. Walderes conta com orgulho que lançou mão de sua experiência como professora para seu



trabalho de conclusão de curso (TCC): “Tive o prazer de registrar em meu TCC, na UFSC, minha experiência como docente... trabalho abordou a problemática da Educação Diferenciada Indígena a partir de um projeto de pesquisa que buscou registrar a história, cultura, língua e tradição do povo Laklânô/Xokleng”.

Por acreditar na importância da organização social, Walderes faz parte de duas associações dentro da Terra Indígena: uma associação comunitária e outra familiar. Assim, acredita que a linha de pesquisa escolhida no mestrado vem de encontro com a temática a qual trabalha dentro da sua comunidade e servirá para aprofundar nos conceitos relativos à história dos povos indígenas do Brasil. Walderes está muito empolgada com seu projeto de pesquisa no mestrado, pois tem como principal objetivo registrar e mapear a história da ocupação do povo indígena Laklãnõ/Xokleng no Alto Vale do Itajaí-SC. Ela quer mostrar a importância desses locais para seu povo indígena, do passado e do presente: “Mostrar também que esses locais estão em conexão com a história de vida do povo indígena. Buscarei ao longo deste projeto analisar e compreender todo o processo histórico desses locais”.

SONHO PARA O FUTURO

O futuro que Walderes vislumbra é a conclusão do mestrado e a continuidade do seu caminho nos estudos, fazendo doutorado. Depois voltar à comunidade e trabalhar junto com as lideranças de sua Terra Indígena.



“Ser mulher indígena é ser guerreira. É lutar pelos direitos de nosso povo. É não desistir nos primeiros obstáculos e dificuldades, mas caminhar com coragem para conquistar a luta pelo nosso povo.”



MARIA LEONICE TUPARI

POVO TUPARI - TERRA INDÍGENA SETE DE SETEMBRO, RO



Maria Leonice nasceu há 42 anos na Terra Indígena Rio Branco, em Rondônia. Desde que casou com Parente Paiter Suruí reside na Terra Indígena Sete de Setembro, onde gerou seus cinco filhos. Uma conquista importante em sua vida foi ser professora

indígena. Porém, Maria Leonice queria mais do que estar dentro de sala de aula, tinha desejo de fazer mais, por isso se envolveu com o movimento indígena.

Sua vida de militância no movimento indígena começou com a participação nas reuniões em várias aldeias da sua comunidade sobre diversos temas, especialmente sobre saúde e educação indígena e Funai: “Aos poucos fui entendendo e sempre querendo conhecer mais, vendo que nós, mulheres indígenas, precisamos nos organizar para estarmos com os homens junto na luta”.

Maria Leonice reconhece o apoio recebido no início de sua caminhada como liderança, tanto do coordenador da Funai de Ji-Paraná-RO, Vicente Batista e de Neide Karitiana, que a incentivaram a participar do debate sobre a Lei Maria da Penha. Foi assim que



começou a sair das discussões no âmbito do seu estado e conheceu as organizações indígenas nacionais como Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

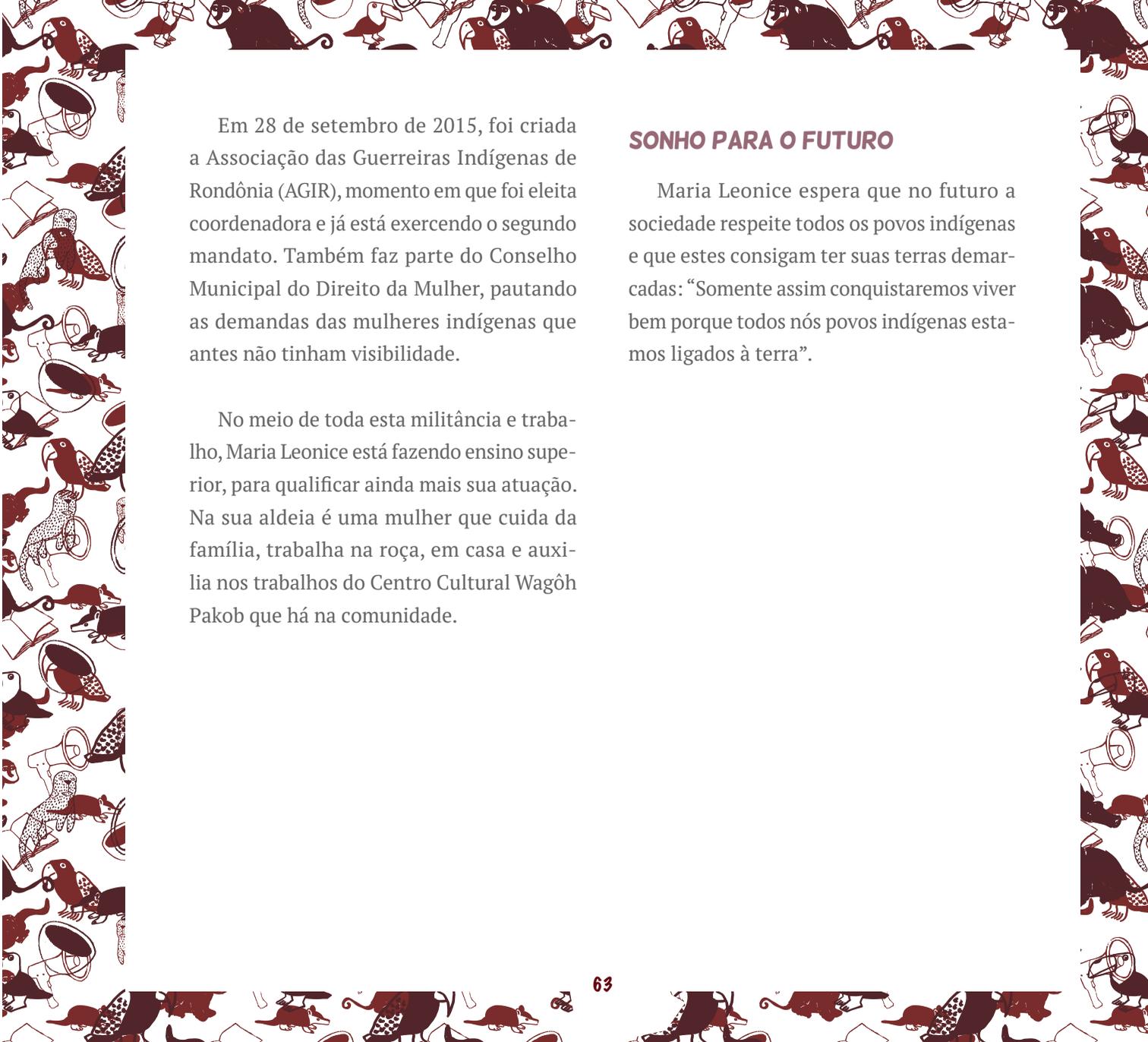
Maria Leonice conta com orgulho que participou da criação da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB): “Estive presente na criação da UMIAB, onde tive a oportunidade de ser uma das primeiras conselheiras representando meu estado. Não parei mais participando de várias discussões que era de interesse dos nossos povos”.

A liderança de Maria Leonice é mesmo de muita militância. Ela foi membro da Organização das Mulheres Indígenas de Rondônia e Sul do Amazonas (OMIRÂN), a primeira

organização de mulheres do estado de Rondônia, mas por alguns motivos a OMIRÂN não conseguiu se consolidar, assim, juntamente com outras mulheres, continuou a articulação e participação da UMIAB. Foi neste momento de sua vida que casou com Parente Paiter Suruí e passou a morar na Terra Indígena Sete de Setembro.

“Ser mulher indígena é continuar a luta de nossos antepassados, buscando os espaços dentro e fora de suas comunidades, sempre com a essência de Mulher indígena”.

Na Terra Indígena Sete de Setembro, Maria Leonice trabalhou dois anos como Coordenadora do Departamento de Mulheres Paiter: “Foi muito importante para mim, pois tive a oportunidade de auxiliar, de alguma forma, nos trabalhos voltados às mulheres. Após sair, recebi um convite para participar das multiplicadoras do Voz das Mulheres Indígenas do Brasil, representando Rondônia. Essa ação é em parceria com a ONU Mulher”.

A decorative border surrounds the page, featuring stylized indigenous motifs in black and red. The motifs include various animals like birds, monkeys, and jaguars, as well as human figures holding tools or instruments. The border is composed of repeating patterns along the top, bottom, and sides of the page.

Em 28 de setembro de 2015, foi criada a Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), momento em que foi eleita coordenadora e já está exercendo o segundo mandato. Também faz parte do Conselho Municipal do Direito da Mulher, pautando as demandas das mulheres indígenas que antes não tinham visibilidade.

No meio de toda esta militância e trabalho, Maria Leonice está fazendo ensino superior, para qualificar ainda mais sua atuação. Na sua aldeia é uma mulher que cuida da família, trabalha na roça, em casa e auxilia nos trabalhos do Centro Cultural Wagôh Pakob que há na comunidade.

SONHO PARA O FUTURO

Maria Leonice espera que no futuro a sociedade respeite todos os povos indígenas e que estes consigam ter suas terras demarcadas: “Somente assim conquistaremos viver bem porque todos nós povos indígenas estamos ligados à terra”.

TERESA FERNANDES

POVO MBYÁ GUARANI - TERRA INDÍGENA GUARITA, ALDEIA TEKÓÁ KA'AGUY PORÃ, ERVAL SECO, RS



A indígena Teresa Fernandes, 41 anos, nasceu em 8 de janeiro 1977, em Passo Fundo/RS, pertence ao povo Mbya Guarani. Reside na Terra Indígena Guarita, aldeia Tekoá Ka'aguy Porã, município de Erval Seco/RS.

Teresa é mãe de dois filhos e já é avó. O seu neto, uma de suas alegrias, é filho de Lúcia, sua filha mais nova. Mateus, o seu primogênito ainda é solteiro e se dedica aos estudos. Mateus frequenta as aulas em Erval Seco todas as manhãs para cursar o ensino médio, pois não há este nível de estudo na aldeia.

A formação de Teresa é “das experiências da vida”, como diz. Atualmente contribui com seu pai, o pajé, no aconselhamento das pessoas da aldeia. Por quatro anos Teresa exerceu a função de Cacica de sua aldeia, mas ressalta que sempre atuou ao lado de seu pai. Enquanto foi cacica, entendendo a importância dos estudos, lutou junto com a comunidade para que os professores Guarani pudessem fazer faculdade, pois os indígenas têm dificuldade de entender as falas dos



“*juruaá*”, dos não indígenas. Neste momento, também solicitaram melhorias na Unidade de Saúde, e um agente de saúde indígena Guarani para visitar as famílias, pois qualifica o atendimento ao povo se o agente de saúde falar na língua materna. Essas reivindicações são feitas na tentativa de melhorar a comunidade, porém “sem perder a nossas raízes culturais”, explica Teresa.

Fora da aldeia, Teresa gosta de participar das reuniões que abordam a temática indígena, para buscar melhorar a qualidade de vida. Assim, participa dos encontros e viagens com o COMIN, “que é hoje umas das únicas Instituições que valoriza e apoia a nossa comunidade”. Para Teresa, “a maior luta dos Guarani é ter uma terra boa para plantar as nossas sementes. É ter mato para caçar e tirar dela o que precisamos para nosso artesanato e saúde.”

SONHO PARA O FUTURO

Para o futuro Teresa deseja “continuar assim como agora, quero viver bem com a minha comunidade, mantendo a minha cultura, tradição e nosso modo de viver”.



Para Teresa, “ser mulher indígena é ter uma caminhada dentro da própria cultura. É sempre lutar para viver bem com a família e com a comunidade. É seguir os conselhos dos mais velhos, ensinar os mais novos. Ser mulher indígena é se preocupar com as crianças, com as suas necessidades e buscar ajudar se precisar. Ser mulher indígena é aprender a fazer com as mães as tarefas que são obrigações da mulher na cultura Guarani: saber cuidar dos filhos, da casa e do

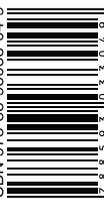
esposo. Saber escolher o melhor lugar para plantar as nossas sementes crioulas, colher e preparar as nossas comidas. Guardar sementes para outras vezes plantar mais. Ser mulher indígena é saber fazer algum tipo de artesanato para usar e vender. É saber cuidar das pessoas com o uso de chás do mato. É viver a nossa religião, na Opy conforme o Nhanderu quer e fala ao Pajé. Ser mulher indígena é sentar perto do fogo de chão e fumar o nosso petygua. Ser mulher indígena é viver dentro da cultura, dos costumes dos guarani”.



Brot
für die Welt
Plano para o Mundo -
Serviço Protestante
para o Desenvolvimento

kerk
in actie

ISBN 978-85-93033-04-9



9 788593 033049

